

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.181 - DF (2020/0253221-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : EGA - ADMINISTRACAO, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA
ADVOGADO : VIVIANE CARVALHO DE SOUZA - DF049172
AGRAVADO : CENTRO EMPRESARIAL VARIG
ADVOGADOS : GLEDSON MARQUES DE CAMPOS - SP174310
MARIA CRISTINE BRANCO LINDOSO - DF055742
MARCIO DE SOUZA POLTO - SP144384

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por EGA - ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA. OBJETO. CRÉDITOS LOCATÍCIOS DETIDOS PELO EXECUTADO. IMÓVEIS. TITULARIDADE DO DEVEDOR. CONTRATOS DE LOCAÇÃO DOS BENS. ADMINISTRAÇÃO POR TERCEIROS. MEDIDA CONSTRITIVA INCIDENTE SOBRE OS ALUGUERES. INSURGÊNCIA. PRETENSÃO DESCONSTITUTIVA DA PENHORA FORMULADA INCIDENTALMENTE PELA ADMINISTRADORA, TERCEIRO NÃO INTEGRANTE DA RELAÇÃO EXECUTIVA. PETIÇÃO INCIDENTAL AVIADA COMO SUCEDÂNEO DE EMBARGOS DE TERCEIRO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVOS DE INSTRUMENTO E INTERNO DESPROVIDOS.

1. Subsistindo instrumento procedimental expressamente indicado pelo legislador para formulação e resolução da pretensão, deve a parte, no exercício do direito subjetivo de ação que a assiste, dele valer-se como forma de invocação da tutela almejada na expressão da sua pretensão e do devido processo legal, não sobejando possível terceiro não integrante da relação processual executiva aviar incidentalmente pedido de desconstituição de penhora, pois meio inadequado e impróprio para perseguição da prestação almejada, posto que não lhe é lícito interceder no curso de processo que lhe é estranho.

2. Originando-se o ato reputado ofensivo de medida expropriatória deflagrada em sede de cumprimento de sentença

que alcançara locativos gerados por imóveis administrados por terceira não integrante da relação processual executiva, que, a despeito de não ser a titular dos imóveis, mas mera administradora, invoca a condição de titular dos créditos penhorados, ressoa patente que a pretensão almejando a desconstituição da medida constritiva é inviável de ser formulada incidentalmente via de simples petitório alinhado como sucedâneo de embargos de terceiro.

3. Os embargos de terceiro consubstanciam o instrumento adequado para o terceiro que, alheio ao processo no qual determinada medida constritiva e expropriatória, é afetado por ato de constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato construtivo, ou seja, encerra o meio processual adequado para resguardar seu patrimônio de ato de expropriação judicial advindo de processo que lhe é estranho, denotando que aquele que, defronte ato de constrição e expropriação que alcança locativos de sua titularidade, deve aviar ação de embargos de terceiro almejando a desconstituição da penhora (CPC, arts. 674 e 675).

4. Agravo de Instrumento e Agravo Interno conhecidos e desprovidos. Unânime. (fls. 209/210)

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação do art. 133 do CPC, aduzindo que deve ser revogada desde logo a penhora deferida, pois antes de qualquer medida constritiva é necessário que seja instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, trazendo os seguintes argumentos:

O respeitável acórdão recorrido considerou que a pretensão da Recorrente trazia em seu bojo questões passíveis de serem resolvidas "somente através do manejo do instrumento adequado para a desconstituição do ato judicial que alcançara bem de titularidade de terceiro estranho à relação processual, qual seja, embargos de terceiro", na forma do artigo 674 do Código de Processo Civil.

Ocorre que, foi ponderado em sede de agravo interno, mas nada disso foi considerado, que a dita subversão do Devido Processo Legal ocorreu bem antes do comparecimento da Recorrente no feito, ao se autorizar de forma incidental, nos próprios autos, a realização de penhora que atinge terceiros.

Perceba-se que o acórdão recorrido, em verdade, chancela a obtenção por parte do Recorrido de prestação jurisdicional (por via inadequada, dentro dos próprios autos), a qual somente é passível de ser perseguida pela via do INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE, razão porque merece ser modificado o entendimento e o tema devidamente enfrentado por esse Colegiado Tribunal Superior.

Ora, a verossimilhança das razões contidas no agravo de

instrumento e o suporte material que o aparelha defluem da própria inexistência, no presente caso, do Incidente previsto no CPC para alcançar bens que não são de direito do próprio executado.

A Recorrente deixou bem claro que se trata de relação jurídica contratual de caráter pessoal, o que sequer foi considerado pelo acórdão recorrido.

Mas o referido crédito é de titularidade exclusiva da locadora e a Lei Processual a assegura que seus bens somente serão atingidos no caso de procedência de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, previsto no artigo 133

[...]

Como se pode subverter a lei e permitir a incursão em patrimônio de terceiro sem que tenha havido o ajuizamento de incidente legalmente previsto para tanto, no qual se garantiria o contraditório? Isso que precisa ser apreciado, porquanto patentemente violado o dispositivo acima citado, sob pena até mesmo de se assegurar tratamento desigual às partes, pois se é observado o art. 674, tem que se observar de igual forma o art. 133 do mesmo diploma, pois a norma tem que ser visto como um todo, e não, ser aplicado apenas um dispositivo isolado, visando unicamente os interesses de uma das partes (na realidade, a Recorrente nem parte é, mas foi atingida).

Diante da demonstração do desacerto no prosseguimento das penhoras em questão, bem como do v. acórdão recorrido, ante a violação apontada, bem como do imensurável dano que vem causando à Recorrente, se torna INDISPENSÁVEL no presente caso o conhecimento e provimento do presente Recurso Especial, para que se determine que, antes de qualquer medida constritiva, é necessário que seja instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica e, ao final, julgado procedente, revogando-se desde logo a penhora deferida. Somente assim, com ingresso da Recorrente na lide, que ela poderá ser responsabilizada pelo ônus do processo. (fls. 219/221)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Delimitado o objeto do agravo, a impropriedade do instrumento eleito pela agravante com o objetivo de elidir a constrição judicial que, segundo sustenta, alcançara locativos de sua titularidade, a despeito de não ser a titular dos imóveis, mas mera administradora, determinada em sede de cumprimento de sentença no qual não integrara a angularidade passiva resplandece inexorável. Consoante emerge da argumentação que alinhara e da pretensão que formulara, deduzira questões e formulara pretensões passíveis de serem resolvidas somente

através do manejo do instrumento adequado para a desconstituição do ato judicial que alcançara bem de titularidade de terceiro estranho à relação processual, qual seja, embargos de terceiro.

Como é cediço, os embargos de terceiro constituem ação de conhecimento autônoma cuja finalidade é a desconstituição do ato judicial que ensejara constrição de bens de terceiro estranho à relação processual.

Com efeito, o terceiro prejudicado pela penhora decorrente de ato judicial, está legitimado, se o caso, a manejar embargos de terceiro volvidos à defesa do que possui ou lhe pertence, consoante preceitua o artigo 674 do Código de Processo Civil [...]

A hipótese de cabimento dos embargos de terceiro, portanto, é precisamente aquela deflagrada nos autos do cumprimento de sentença manejado pelo agravado em desfavor do Grupo OK. Segundo ventilara a agravante, abstraída qualquer consideração sobre a subsistência do que ventilara, os locativos alcançados pela constrição judicial em face da locação dos imóveis nomeados, não integrando o acervo patrimonial da sociedade executada, lhe pertencem, e, portanto, não podem ser alcançados pela medida constrita, pois não integra a composição passiva. Ou seja, deve a agravante valer-se da via instrumental, pois adequada, assumindo, inclusive, os ônus derivados da invocação da tutela.

Note-se que em sede de embargos de terceiro, inclusive, poderá o terceiro interessado se valer da dilação probatória necessária à comprovação do direito que alega. Considerando que essa arguição se inscreve, portanto, dentre as matérias passíveis de serem arguidas através de embargos de terceiro, resplandece inexorável que não pode ser suscitada de forma incidental e inapropriada, no curso do cumprimento de sentença. E isso fica ainda mais evidente quando se depara com a constatação de que, aliada à certeza de que a questão aventada somente é passível de ser resolvida se suscitada através do instrumental apropriado, seu conhecimento na forma pretendida importaria, a par de menosprezo para com a ordenação procedimental, subversão do devido processo legal, pois se legitimaria que a agravante, como terceiro, obtivesse prestação somente passível de ser perseguida pela via dos embargos de terceiro.

Assim é que, emoldurando-se a questão suscitada e a pretensão formulada nas matérias que devem ser arguidas e resolvidas em sede de embargos de terceiro, somente é passível de ser suscitada e solucionada através daquela via instrumental. À agravante, a seu turno, somente resta agitá-la através do instrumento apropriado, e não de forma anômala e mediante instrumento deduzido incidentalmente, no curso do cumprimento de sentença do qual sequer integra a angularidade. Ora, a pretensão que

formulara, versando sobre questão que se emoldura dentre as matérias que devem ser suscitadas via de embargos de terceiro, denota sua intenção de agitá-la como mero incidente processual, o que não se afigura revestido de lastro procedimental por importar em subversão do devido processo legal.

Aliado ao fato de que eventual nulidade da penhora por ter alcançado bem de titularidade de terceiro consubstancia matéria passível de ser arguida somente em sede de embargos de terceiro, resplandece que, na hipótese, restara evidenciado que os imóveis objeto do contrato de locação firmados pela agravante são da titularidade do executado, circunstância que legitima a penhora dos locativos deles germinados. Com efeito, o fato de ser mera administradora dos imóveis individualizados não lhe assegura titularidade dos locativos gerados pelos bens, o que somente corrobora a inviabilidade de a questão ser formulada e resolvida incidentalmente, pois demanda dilação probatória, devendo a agravante, então, guardar subserviência ao devido processo legal e assumir os ônus que a invocação da prestação jurisdicional encerra.

Como corolário dessas inequívocas inferências deflui a certeza de que a agravante aduzira não se reveste de sustentação material, resultando no desprovimento do inconformismo que deduzira e na preservação da decisão arrostada ante a evidência de que a pretensão aviada pela administradora dos imóveis de titularidade do executado, almejando o reconhecimento da nulidade da penhora incidente sobre os locativos gerados pelos imóveis, deve ser arguida em sede de embargos de terceiro porquanto, não integrando a composição passiva não sobeja possível suscitar a alegada impenhorabilidade de forma incidental e inapropriada, no curso do cumprimento de sentença. Os agravos, portanto, devem ser desprovidos. (fls. 212/213)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Superior Tribunal de Justiça

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ademais, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente